

TÍTULO:

PROERD COMO FERRAMENTA DE AUXILIO EDUCACIONAL NA ESCOLA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROFESSOR PAULO FREIRE.

TÍTULO:

PROERD COMO HERRAMIENTA DE AUXILIO EDUCACIONAL EN LA ESCUELA CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACIÓN PROFESOR PAULO FREIRE.

TITLE:

PROERD AS A TOOL FOR EDUCATIONAL AID IN THE SCHOOL MUNICIPAL CENTER OF EDUCATION PROFESSOR PAULO FREIRE

AUTOR: Adilson Freire Silva*

* Licenciado em Filosofia e bacharelado em Teologia, FBB – Faculdade Batista Brasileira – Brasil.;
Mestrando em Ciências da Educação, FICS – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Paraguai;
Primeiro Sargento da Policia Militar da Bahia – Brasil.
E-mail: adilsonfreire-@hotmail.com

RESUMO

O objetivo geral desse estudo foi verificar como PROERD pode ser usado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire. Nesta escola foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados junto aos docentes da escola, a aplicação desse instrumento ajudou o pesquisador compreender como a prevenção e a intervenção do uso de drogas está sendo realizada atualmente. Verificou-se que o PROERD é uma ferramenta que está sendo utilizada com boa recepção na escola, mas casos de violência e o uso de drogas ainda persistem na cultura escolar e atenção não pode deixar de ser dispensada. Concluiu-se que qualquer intervenção para prevenir ou recuperar dependentes químicos deve ser feita a partir de uma atitude solidária e respeitosa, considerando o aluno como um sujeito de direito. É necessário para isso, rever os preconceitos e evitar abordagens estigmatizantes ou desqualificantes. O assunto é delicado e a prevenção e a intervenção sobre a temática deve ser uma parceria de uma junta de profissionais. A escola deve fazer a sua parte como orientadora, utilizando como estratégias de prevenção o emprego da metodologia como a do PROERD, que envolvem equipes de apoio externas à escola, mas que tem muito a contribuir como mostrado nesse estudo.

Palavras-chaves: PROERD; Violência escolar; Uso de Drogas.

RESUMEN

El objetivo general de este estudio fue verificar cómo PROERD puede ser usado como herramienta de auxílio educativo en la escuela Centro Municipal de Educación Profesor Paulo Freire. En esta escuela se realizó una investigación de campo con la aplicación de cuestionarios estructurados junto a los docentes de la escuela, la aplicación de ese instrumento ayudó al investigador a comprender cómo la prevención y la intervención del uso de drogas está siendo realizada actualmente. Se verificó que el PROERD es una herramienta que está siendo utilizada con buena recepción en la escuela, pero casos de violencia y el uso de drogas aún persiste en la cultura escolar y la atención no puede dejar de ser dispensada. Se concluyó que cualquier intervención para prevenir o recuperar dependientes químicos debe ser hecha a partir de una actitud solidaria y respetuosa, considerando al alumno como un sujeto de derecho. Es necesario para ello, revisar los prejuicios y evitar enfoques estigmatizantes o descalificantes. El tema es delicado y la prevención y la intervención sobre la temática debe ser una asociación de una junta de profesionales. La escuela debe hacer su parte como orientadora, utilizando como estrategias de prevención el empleo de la metodología como la del PROERD, que involucran equipos

de apoyo externos a la escuela, pero que tiene mucho que contribuir como se muestra en este estudio.

Palabras claves: PROERD; Violencia escuela; Uso de Drogas.

ABSTRACT

The general objective of this study was to verify how PROERD can be used as an educational aid tool in the Municipal School of Education Professor Paulo Freire. In this school a field research was carried out with the application of structured questionnaires to the teachers of the school, the application of this instrument helped the researcher to understand how the prevention and intervention of drug use is currently being carried out. It has been verified that PROERD is a tool that is being used with good reception in school, but cases of violence and drug use still persist in the school culture and attention cannot be waived. It was concluded that any intervention to prevent or recover chemical dependents should be done from a supportive and respectful attitude, considering the student as a subject of law. It is necessary to do this, to review prejudices and avoid stigmatizing or disqualifying approaches. The subject is delicate and prevention and intervention on the subject must be a partnership of a professional board. The school should do its part as a guide, using as prevention strategies the use of the methodology such as PROERD, which involves support teams outside the school, but which has much to contribute as shown in this study.

Key-words: PROERD; School violence; Drug Use.

1. INTRODUÇÃO

Se procurarmos uma definição clara e simples para o termo violência, nos depararemos com inúmeras e amplas explicações para o termo, já que alguns estudos optam por uma concepção ampliada de violência: tanto a violência enquanto a ação causadora de dano como as mais diversas dimensões identificadas pelos integrantes do universo da pesquisa.

Ainda que o meio externo à escola sinalize altos e crescentes níveis de criminalidade, o cotidiano da escola é frequentemente afetado indiretamente. A violência a invade sem limites e sem respeito, colocando “em cheque” anos de formação de profissionais preocupados e envolvidos com o ato de educar.

Destacam-se várias pesquisas desenvolvidas, a partir da década de 1980, por um grupo composto pelas instituições públicas da educação, associações de classe e, em menor grau, por instituições privadas de pesquisa quanto por acadêmicos e equipes de investigação ligadas às universidades.

Curiosamente, neste período, o tema violências nas escolas, foi sendo abordado com maior ênfase pelos profissionais das Ciências Sociais, em lugar dos especialistas em Educação, cujo interesse foi despertado tardiamente em consequência das linhas de pesquisa existentes.

Embora esses estudos ainda sejam iniciais, por focarem em grande maioria situações regionais ou localizadas, os resultados obtidos apontam as principais modalidades de violência: ações contra o patrimônio, tais como as depredações e as pichações, na década de 1980, bem como as formas de agressão interpessoal, principalmente entre os próprios alunos, na década de 1990.

Na década de 1980, foram realizados poucos estudos sobre a violência familiar e as suas respectivas influências nas escolas sejam pelas dificuldades inerentes à própria pesquisa, tendo em vista a resistência das escolas na disponibilização de dados, seja pela ausência de continuidade das pesquisas.

Inicialmente, notam-se algumas iniciativas dispersas por parte do poder público, cuja a finalidade era retratar o quadro de violência nas escolas. Deste modo, visto que o tema é de recente interesse dos pesquisadores, encontrou-se grande dificuldade em recolher material bibliográfico específico acerca do tema a ser discutido.

Este fato limitou um pouco o trabalho de pesquisa ocasionando a opção pela revisão da literatura existente como forma de reler o que já se produziu a respeito do assunto. Assim, este ensaio pretende suscitar discussões acerca da relação escola e violência e o consumo de drogas a partir de uma breve revisão da literatura contemporânea, buscando um diálogo entre autores e fazendo um apanhado histórico em suas últimas publicações sobre o tema. Não obstante entrevistaremos docentes da escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire, onde se buscou compreender as estratégias para auxílio de alunos dependentes de drogas e as medidas adotadas de prevenção. Buscou-se verificar junto aos docentes o uso das estratégias do PROERD- Programa educacional de resistência às drogas e à violência, que tem como base o D.A.R.E. "Drug Abuse Resistance Education", que foi desenvolvido nos Estados Unidos da América em 1983. O D.A.R.E. está presente nos 50 estados americanos e em mais de 55 países, inclusive no Brasil, onde recebeu o nome de PROERD e está sendo aplicado em 26 Estados.

No Brasil o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD foi inicialmente implantado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1992, pelo então Comandante Geral CEL PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, e hoje é compreendido como uma ferramenta moderna e eficaz que ajuda pais e educadores na difícil missão de prevenir o consumo de drogas entre jovens escolares. Assim, O objetivo geral desse estudo é verificar como PROERD pode ser usado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire. Nesta escola foi realizada uma pesquisa de campo com a aplicação de questionários estruturados junto aos docentes da escola para compreendermos como a prevenção e a intervenção do uso de drogas estão sendo realizadas.

2 RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE A PARTIR DA DÉCADA DE 80.

2.1 Considerações iniciais

Por muitas décadas, crianças de todo o mundo eram tratadas de forma desumana. No Brasil, somente a partir da década de 80 a violência e os maus tratos contra as crianças e aos adolescentes passaram a receber mais atenção. No entanto várias instituições, como a ONU já lutavam para sanarem esse problema que é de ordem mundial.

Dentre as várias conquistas contra a violência à criança e ao adolescente, está aqui alguns dos direitos estabelecidos na Declaração Universal da Criança que foi publicada em 20 de Novembro de 1959. Após a aprovação dessa lei, outras leis foram criadas com o

objetivo de proteger e garantir o direito à criança e ao adolescente de ser um indivíduo em pleno desenvolvimento e a criança de ser respeitada em seu aspecto de fragilidade e inocência.

Princípio V - Direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.

- A criança física ou mentalmente deficiente ou aquela que sofre de algum impedimento social deve receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais que requeira o seu caso particular.

Princípio X - Direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa, ou de qualquer outra índole. Deve ser educada dentro de um espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes. (Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente (ONU e UNICEF, 1959).

A violência afeta de diversas maneiras o desenvolvimento da criança, esta violência está ligada a diversos fatores como: socioeconômicos, políticos dentre outros, que geram desigualdades e negam o acesso aos bens e serviços.

Estes fatores interferem na dignidade humana que passa a perder a noção da ética e do respeito gerando condutas violentas. A violência causa danos como: dor, sofrimento, medo, isolamento. A violência tem ganhado atenção sendo cometidas em pessoas mais frágeis, entre elas: as crianças. A violência está interligada às interpelações na comunidade, na sociedade e principalmente no núcleo familiar, onde se incide o maior foco. Por isso todos devem aderir à causa em busca de soluções para sanar a violência intrafamiliar e social.

2.2 Abordagem Conceitual

2.2.1 Vitimização

A vitimização ocorre quando outrem comete um ato que viole o direito de outra pessoa, agredindo, ofendendo, ameaçando, expondo ao ridículo ou cometendo violências físicas que vão contra aos princípios legais e ferem os direitos humanos das pessoas. Geralmente, a pessoa vitimada é frágil em relação ao agressor, que usa essa fraqueza e fragilidade para cometer o ato.

De acordo com, Gomes e Molina (2000) a vitimização é um processo complexo, pelo qual alguém se torna, ou é eleito a tornar-se, um objeto-alvo da violência por parte de outrem. Como processo, implica uma rede de ações e/ ou omissões, interligadas por interesses, ideologias e motivações conscientes ou inconscientes.

A violência é interligada a vitimização, pois a violência é o resultado da ação ou força praticada na intenção de coagir, constranger ou convencer a capacidade de resistência de alguém mais fraco.

Segundo Ferreira (2005) a violência é a qualidade de uma pessoa violenta que pratica o ato de violentar. Já a violação é ofender com violência, infringindo, transgredindo de forma impetuosa e veemente fazendo uso da força bruta. Após estudos e o crescimento da violência em todo contexto social, surge a necessidade de estudos mais aprofundados na área de vitimização, então surge a “Vitimologia” que é a ciência voltada para estudos da vítima. Esta ciência segundo Moreira Filho (1999) é uma ciência autônoma na interpretação de alguns criminólogos e especialistas da área penal. A mesma partiu da Criminologia que é a ciência de estudo do crime, do delinquente, da vítima e do controle social do comportamento dos criminosos. A palavra “Vitimologia” é latina com raiz grega que significa o estudo das vítimas.

Segundo Ribeiro (2001) o estudo da vítima refere-se à sua personalidade do ponto de vista biológico, psicológico e social e de sua proteção social, jurídica, e dos meios de vitimização. Analisa-se também sua inter-relação com o vitimizador e os aspectos interdisciplinares e comparativos.

2.2.2 Intervenção

A intervenção é a maneira usada para interferir em situações seja, onde alguém esteja cometendo injustiça contra outra pessoa ou violências, bem como interferir em diversas situações, pois é uma palavra ampla e abrangente.

No entanto, nessa ilustre pesquisa, a palavra interferir pode ser compreendida como a ação de diagnosticar a situação do vitimado e dar encaminhamentos para que o mesmo tenha sua integridade garantida, bem como seja protegida e preservada da situação que o expõe em risco, ou seja, longe do vitimador ou agressor.

Segundo Ferreira (2002) a Intervenção é o ato de intervir ou de realizar interferência, onde se requeira, é a ação de intervir de mediar e de interceder.

2.2.3 Escola

A escola é o estabelecimento onde se ensina: ir à escola. Conjunto dos adeptos de um mestre ou de uma doutrina filosófica, literária etc.; O que proporciona instrução, experiência. Estar em boa escola, conviver com pessoas idôneas. Ter muitos seguidores. (FERREIRA, 2002 pg. 363).

Inicialmente, pode-se compreender a escola como um espaço físico com salas separadas, cadeiras, mesas, professores e alunos, porém a definição de escola é bem mais abrangente, do que simplesmente um espaço físico onde se aprende a ler e escrever.

A escola também é o lugar que aprendemos a viver em grupo, aprendemos a respeitar as diferenças, e principalmente criamos opiniões críticas e somos formados como cidadãos reflexivos e conscientes. “Art. 53. a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA)”.

A escola é um espaço, onde as crianças e os adolescentes concretizam o direito à educação, onde são motivados a investigar e pesquisar, onde aprendem para vida de maneira plural. É na escola que se exprime a garantia de uma permanência da ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade, bem como dar suporte para que o educando tenha uma base para prosseguir em sua vida interpessoal e pessoa e a escola que forma cidadãos conscientes e pensantes.

Segundo Piaget (2006) a escola é o local, onde se realiza o ato de educar, e educar é adaptar o indivíduo ao meio social ambiente. Logo, a escola moderna deve ser capaz de conciliar e utilizar, tanto as tendências próprias que a fase infantil apresenta quanto à atividade espontânea, que é inerente ao desenvolvimento mental para auxiliar as crianças a desenvolverem seu potencial, sem que se crie, com isso, um sistema de exclusão ou de seleção.

2.2.4 Escola Pública

Após diversas lutas e revoluções para reforma da educação brasileira, vários militantes conquistaram a evolução na educação. A educação que antes era restrita às pessoas ricas passou a se estender para todos de maneira “gratuita e laica”, ou seja, independente de raça, cor, religião e sem cobrança de taxas ou mensalidades. A escola pública e a educação ganham forças com art. 5º da Constituição Federal que passa a vigorar como um espaço público fornecido pelo estado garantindo o ensino laico e gratuito àqueles que dela necessitar. É dever do Estado, garantir com prioridade o acesso a todos. É dever do Estado, assegurar à criança de zero a seis anos de idade o atendimento em creche e pré-escola (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Mesmo sendo previsto constitucionalmente, o governo ainda caminha vagarosamente para atender a demanda de educação infantil de 4 e 5 anos de idade e também as crianças de 0 a 3 anos na escola integral(antigas creches). Assim, pode-se dizer

que um dos maiores violadores do direito a criança por omissão é o Estado, que não realiza ações efetivas para atender o que está previsto em lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, garante na forma da lei o ensino público e gratuito:

Escola Publica: Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA).

A grande dificuldade que a escola enfrenta, atualmente, é a dificuldade dos familiares participarem e acompanharem o processo de ensino e aprendizagem dos filhos, e isso interfere na aprendizagem e desenvolvimento sócio-afetivo e cognitivo da criança.

Muitos consideram que a obrigação dos pais é apenas matricular seus filhos na escola, e o resto cabe ao professor: educar, ensinar e cuidar, no entanto isso é um trabalho realizado em conjunto conforme previsto no Art. 4 do ECA. Cabe à família matricular e acompanhar os filhos na escola, conhecer a escola, saber o que está sendo ministrado aos filhos e participar das reuniões.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990-ECA).

Como já citado anteriormente, o governo é o maior violador dos direitos inerentes à criança e ao adolescente, pois não há escolas suficientes para atender a demanda de escolas integrais (creches) e nem para atender a educação infantil de 4 a 5 anos.

Muitas dessas crianças ficam a mercê do perigo, pois muitas famílias trabalham e não tem como custear uma escolinha particular, então elas deixam seus filhos aos cuidados de terceiros ou até mesmo sós ou com irmãos de 07 a 13 anos. Muitos casos de acidentes em casa e violências ocorrem dentro desse contexto.

Com relação ao ensino especial, muitos profissionais recebem alunos nas escolas inclusivas, sem ter um preparo para lidar com aquela situação e na grande maioria a escola não tem estrutura física nem possuem material para assistir aquele aluno. Esse aluno acaba ficando de lado ou tem atenção maior do que os outros mostrando que na verdade inclusivo só tem o nome, pois a realidade é bem diferente.

2.3 A intervenção pelo uso das drogas

Em 1912 acontecia a Conferência de Haia para tratar sobre as primeiras intervenções sobre drogas, que segundo Rodrigues (2012) há cem anos atrás não eram nem regulamentadas, nem proibidas. O objetivo da conferência era limitar a aplicação de tais substâncias apenas como finalidades médicas, porém até então não havia proibição nem do comércio, nem do uso constante, não havendo assim o narcotráfico.

Quando o uso das drogas começou a se tornar um problema de saúde pública e viu-se que havia tido um corte tanto de status, quanto de forma racista em relação a cada tipo de droga, as substâncias ilícitas, até então não proibidas, virou um problema de ordem pública e segundo Rodrigues (2012) essa virada se deu já no século XIX. Rodrigues (2012) relaciona em suas pesquisas que a droga do Brasil era a heroína e passou a ser utilizada por prostitutas e cafetões. E a maconha era utilizada por capoeiristas (arte marcial provinda dos escravos no Brasil, que usavam a luta como forma de se defender).

Após ter sido classificada por raça, status social e ter virado problema de ordem pública, a sociedade começou a descriminalizar e a demonstrar medo social, falso moralismo e todos esses aspectos fizeram com que viesse a proibição total dos usos das substâncias ilícitas. Essa proibição não foi de toda eficaz, ficando assim as margens da lei. Deu início então ao começo do tráfico de drogas e virou, de acordo com Rodrigues (2012, p. 14) uma “ameaça às sociedades civilizadas”.

A realidade identificada pela sociedade atual, pode ser rastreada até a convenção de Haia de 1912. Nessa convenção, foi feito o primeiro esforço, dentre vários outros que o precederam, para tomar regulatórias acerca de narcóticos. Atualmente, os indivíduos envolvidos nesse mercado não marginalizados, e apontados como principais responsáveis pelo aumento latente na violência dos Estados, segundo dados do mapa da violência, que mostram um aumento de 13,4% no número total de homicídios entre 2002 e 2012.

A marginalização do indivíduo, entretanto, pode ser datada desde o início da Revolução Industrial. Segundo estudos feitos por Friederich Engels, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, a ideia de marginalização está associada a própria criação da família. Segundo Marx:

A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (servitus) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado." (MARX APUD ENGELS, 1984).

O comentário acima, da famosa obra de Engels, pode ser considerado o ponto inicial da marginalização dos indivíduos, apesar de ressaltar que mesmo no Feudalismo (sistema imediatamente anterior, já existiam classes sociais rígidas como os burgueses, nobres, etc.): com a Revolução Industrial, iniciada em 1888 na Inglaterra, foram adotadas várias medidas, como o cercamento dos campos, a instauração da propriedade privada, etc. Essas medidas criaram uma enorme massa de pessoas, trabalhadores em potencial, que precisaram se adaptar ao novo sistema para poder sobreviver.

Essa nova realidade segmentou a sociedade em duas classes: os donos de propriedades e o exército industrial de reserva (trabalhadores em potencial). Os indivíduos que não conseguiram se adaptar ao novo modo de produção, onde as fábricas e os maquinários substituíram as produções artesanais, foram colocados à margem da sociedade, marginalizados. Esses indivíduos que foram expropriados de suas propriedades, e que viviam à margem do sistema, foram criminalizados dentro da própria revolução industrial: evidência disso é a lei que criminalizou as pessoas que vivem à margem do sistema.

O conceito de indivíduos ligados ao tráfico, se relaciona com esses indivíduos que vivem à margem do sistema capitalista, executando atividades que o sistema não reconhece como legítimas. Especificamente sobre o tráfico de drogas, segundo Misse (1997), a comercialização ilegal da cocaína só foi detectada a partir da década de 1970.

O início do tráfico e a divisão de classes sociais fizeram com que houvesse uma maior vulnerabilidade social e de acordo com Telles e Hirata (2007) os indivíduos começaram a “oscilar entre empregos mal pagos e atividades ilícitas”, a exemplo do que ocorrera no efervescer da Revolução Industrial.

Luz, Wosniak e Savi argumentam que,

A maior vulnerabilidade não deve ser entendida como uma decorrência imediata da ação voluntária dos indivíduos, grupos populacionais ou

nações, mas sim, está relacionada a condições objetivas do meio natural e social em que os comportamentos acontecem, ao grau de consciência dos indivíduos, grupos populacionais ou nações tem sobre esses comportamentos e o poder de transformação que possuem a partir dessa consciência. (LUZ, WOSNIAK, SAVI, 1999, p.88).

Para indivíduos das comunidades menos favorecidas, apesar do pouco conhecimento sobre alguns tópicos, sentem que economicamente estamos situados em um país de diferenças econômicas significativas e segundo Faria e Barros (2011) há um desamparo em relação aos direitos dos cidadãos para essas comunidades. O acúmulo do capital e a ideia de se gerar grandes lucros com minimização dos investimentos faz com que o mercado ilegal ganhe força, e o tráfico de drogas passa a ser reconhecido como uma das indústrias mais lucrativas do mundo (FARIA; BARROS, 2011).

Forma-se assim a fronteira entre o legal e o ilegal, que vai além do olhar da mídia em transformar os bandidos e traficantes nos verdadeiros criminosos. Tal fronteira se dá em todas as classes sociais, pois a mesma pessoa que critica o jornal à noite quando se fala da impunidade dos crimes, é a pessoa que suborna um policial para que não leve uma multa durante o dia. O fato é que as pessoas das comunidades menos favorecidas que precisam conviver com o tráfico ao lado, sabem transitar entre o ilegal e o legal e reconhecer os códigos morais de ambos os lados para “sobreviver na adversidade” (TELLES; HIRATA, 2007).

Assim, as “estruturas de controle social criam um espaço de intermediação entre o mundo da ordem e o mundo da desordem” (BATISTA, 2003), onde as pessoas que não tem a oportunidade de estudar ou que escolhem não estudar para se dedicar à um mercado que lhe dê um retorno significativo mesmo que com consequências severas, ganham mídia. Tal ação faz com que o crescimento econômico seja negativamente associado as desigualdades sociais, Kim (2009) ressalta que “as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, medidas pelo nível de emprego e da renda “per capita” se revelaram fortes condicionantes para explicar variações na produção criminal”. As recompensas do crime têm sido maiores para os jovens do que a participação contínua na escola com os estudos.

De acordo com pesquisas realizadas por Dowdney (2004), nos anos 80 jovens e crianças não eram empregadas pelo tráfico de drogas com tanta frequência como nos dias atuais, mas isso dependia de como os “donos da boca” viam o trabalho infantil, pois algumas crianças recebiam presentes em troca de alguns favores e não tinha permissão de andarem armadas. Na mesma pesquisa notou-se que com a chegada de outras drogas,

como a cocaína, o mercado obteve grande expansão e assim a empregabilidade das crianças aumentou, mas só eram pagas com dinheiro quando eram promovidas de função.

A falta de lei e projetos sociais que funcionem e que protegem essas crianças da entrada no tráfico, faz com que os traficantes coíbam menores de idade que não podem ser presos para fazer serviços menores e circular a economia de sua “boca”. De acordo com Souza (1997), “para garantir maior tranquilidade para o seu negócio, os traficantes tendem a coibir outros tipos de crimes”, principalmente contra moradores da comunidade pois uma das regras do tráfico de drogas é respeitar a família enquanto o nome do traficante estiver limpo.

A prática da ameaça é a mais utilizada para os infratores das leis dentro do tráfico de drogas, “justiça feita pelas próprias mãos na ausência da Justiça” (FARIA; BARROS, 2011). Tais leis internas visam controlar a prática de todos os trabalhadores e com isso ganham o que Dowdney (2004) chama de “reciprocidade forçada” perante a comunidade. Ao fato que a comunidade se sente segura por saber que nenhum crime acontecerá sem aviso prévio por pena de sofrer uma pena, os moradores precisam manter um código ao não revelar as atividades ilícitas para as autoridades.

Desta forma, vai-se construindo uma rede entre o tráfico, a comunidade e as famílias com parentes envolvidos, e segundo Faria e Barros (2011), as pessoas envolvidas sentem orgulho de seu cargo dentro do tráfico pelo nível de dificuldade em lidar com a ilegalidade do comércio e pelo ganho financeiro demasiado.

A importância de saber as estruturas de controle social e também da articulação das comunidades com o tráfico vem a partir da necessidade de sabermos como esse indivíduo se encontra neste ambiente e como em particularidade, o tráfico se encaixa em sua história de vida. Em que posição do status social ele se visualizou e com que finalidade de ganho. Por não saber em que posição social cada indivíduo entrevistado ira se encontrar, precisa-se ter uma visão geral sobre todas as estruturas provindas do tráfico de drogas.

Bill e Athayde (2006), no documentário *Falcão: meninos do tráfico*, ilustram a repercussão do tráfico de drogas e suas consequências nas famílias dos que nele estavam envolvidos. “Meu sonho é ser palhaço. Quando eu fizer 18 anos, vou largar esse fuzil e procurar um circo” (BILL; ATHAYDE, 2006), assim começa a dedicatória de um dos documentários sobre o tráfico de drogas que mais chocou o Brasil; dedicatória a qual foi destinada ao único sobrevivente do tráfico dentre os 17 jovens solicitados para o projeto. As famílias dos selecionados compraram a ideia do projeto e foram solícitas quanto às

informações com intuito de proteger os filhos que ainda não estavam no crime e aos jovens que viriam.

Durante o projeto, as famílias comunicavam aos pesquisadores quando seus filhos vinham ao óbito, e ao relato de uma das mães chama atenção ao culpar o Estado, por não oferecerem uma política pública que dê retorno. Outro ponto que chama atenção na pesquisa, era o fato de estarem ocorrendo dois enterros no mesmo local: um do bandido e um do polícia. O mesmo tipo de família, o mesmo crime, a mesma dor e a mesma falta de visão do Governo (BILL; ATHAYDE, 2006).

Entretanto, Faria e Barros (2011) revela que “vários depoimentos demonstram o quanto a comunidade valorizava a atividade dos traficantes, não só pelo suporte financeiro dado às famílias, mas também pela capacidade de “subir na vida”, para ilustrar as controvérsias entre as famílias que sofrem perdendo os seus familiares para o tráfico para as que se beneficiam dos seus ganhos, nessa mesma pesquisa foi realizado um estudo de caso em que após a prisão do seu filho pelo crime de tráfico de drogas, a mãe relata que as “coisas apertaram seu o dinheiro extra” que era colocado dentro de casa, mesmo que ilegal. A pobreza é uma questão funcional para o tráfico de drogas, que se aproveita dos mais jovens para utilizar como mão de obra (SOUZA, 1997).

Dessa forma, foram introduzidas algumas leis de proteção contra o uso da droga também como um modo de coerção para a entrada desses jovens no mercado ilegal dentro da Lei 11.343 sobre drogas que institui um Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas no artigo 4 do inciso III onde promove “os valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados” (BRASIL, Lei 11.343:4,III, 2006) até para que seja possível a ressocialização dos indivíduos caso sejam enquadrados na Lei do tráfico de drogas.

De acordo com dados levantados em uma pesquisa feita por Luz, Wosniak e Savi (1999), a Secretaria Municipal da Criança mantém desde 1991 um programa para integração da infância e da adolescência (PIÁ) que atende crianças e adolescentes de famílias de baixa renda. Este programa trabalha a educação preventiva integral que de acordo com os autores da pesquisa é “o processo contínuo de formação integral da pessoa” que tem ações direcionadas para o resto da vida da pessoa e tem como objetivo a garantia de qualidade de vida para que cresçam cidadãos saudáveis e que formem compromissos com si mesmo e com a comunidade, evitando assim o caminho das drogas, tráfico e violência. Tais programas visam ações preventivas para gerar um processo de valorização e

crescimento do ser humano para evitar problemas conhecidos pela realidade histórica e cultural do país.

2.4 Programa D.A.R.E e o PROERD no Brasil

O Programa D.A.R.E é um programa de prevenção de uso de drogas na escola, ministrado por policiais, começando na sexta série e estendendo-se até o último ano do ensino médio.

O principal objetivo da *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) é ensinar habilidades efetivas de resistência e recusa de colegas para que os adolescentes possam dizer "não" às drogas e aos seus amigos que podem querer que usem drogas. Os objetivos secundários do programa são para construir as habilidades sociais dos alunos e aumentar a sua auto-estima, uma vez que se acredita que eles estão ligados ao uso de drogas de adolescentes.

O DARE foi desenvolvido em 1983 como um esforço conjunto entre o Distrito Escolar do Condado de Los Angeles (Califórnia) e o Departamento de Polícia de Los Angeles. Em 1986, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o Ato de Escolas e Comunidades sem Drogas para promover programas de educação e prevenção de abuso de drogas em todo o país, e DARE se espalhou rapidamente, com muitos distritos escolares adotando-o para seus alunos. Em 1994, o DARE foi o programa de prevenção de drogas na escola mais utilizado, aparecendo em todos os 50 estados dos Estados Unidos e se espalhando para seis países estrangeiros.

2.4.1 População Alvo / Elegibilidade

DARE foi projetado inicialmente para estudantes da escola primária, especificamente quinto e sexto anos. Ao longo dos anos, desenvolveu currículo destinado a estudantes do ensino médio e médio. O foco inicial do programa foi inocular ou fortalecer crianças para resistir à tentação da experimentação de drogas e à pressão dos pares que querem que eles se envolvam no uso de drogas.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Foram entrevistados 17 docentes. Dos 100% dos entrevistados, 41,18% possuem mais de 49 anos, 35,29% possuem entre 40 a 49 anos de idade, 17,65% possuem entre 30-39 anos de idade, enquanto que 5,88% não responderam.

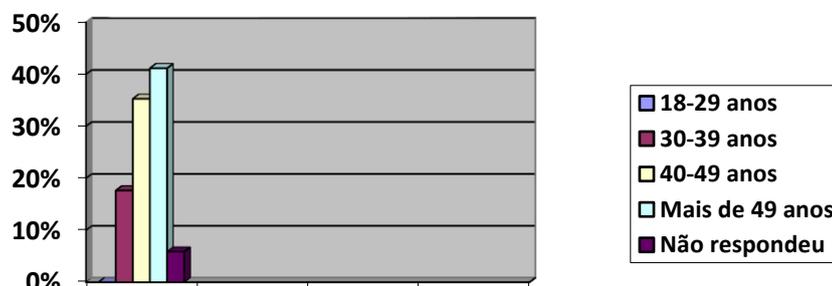


Gráfico 1: Idade

Dos 100% dos entrevistados, 58,33% estudaram pedagogia, 11,77% estudaram História, 5,88% estudaram Letras Inglês/Comunicação Social, 5,88% estudaram Geografia e Psicologia, 5,88% fizeram Bacharelado em Direito, 5,88% fizeram magistério e 5,88% cursaram Geografia.

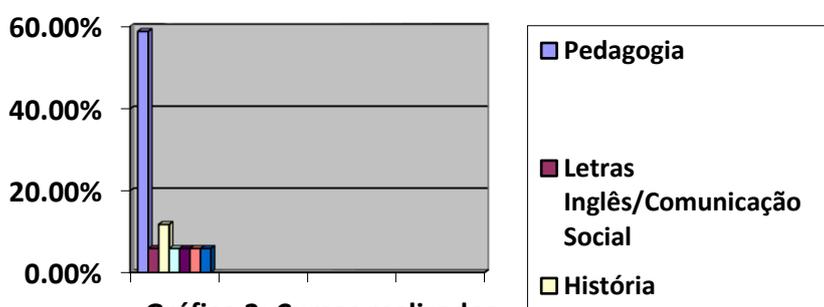


Gráfico 2: Cursos realizados

Em relação ao nível de escolaridade, 76,47% possuem especialização, 17,65% possuem graduação e 5,88% não possuem graduação.

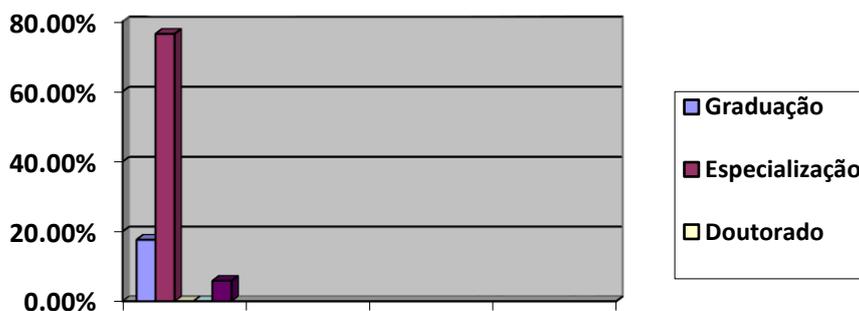


Gráfico 3: Nível de escolaridade

Sobre o tempo de experiência profissional, dos 100% dos entrevistados, 76,47% disseram ter > 12 anos, 11,77% falaram ter de 09 a 12 anos, 5,88% disseram ter de 05 a 08 anos, 5,88% falaram ter 01 a 04 anos.



Gráfico 4: Tempo de experiência profissional

Sobre os casos de violência na escola, dos 100% dos respondentes 58,83% disseram que às vezes, 17,65% disseram que nunca, 11,76% falaram que nem sempre, 5,88% falaram que sempre e 5,88% não responderam.

A violência escolar pode desenvolver dentro da escola (em uma sala de aula, um corredor, um pátio, etc.) ou de outros locais que estão ligados a ele. Suas vítimas podem ser estudantes, professores, funcionários da escola ou parentes de alunos (BERMAN, 2009).

Dentro de violência escolar podemos ressaltar que existem três tipos que são determinados de acordo com quem é o agressor e quem a vítima. Por exemplo, podemos falar em um primeiro mandato do que a violência dos alunos para outros estudantes. Isso se traduz ambas as lesões de vários tipos e roubo de objetos pessoais, agressão sexual ou homicídio.



Gráfico 5: Violência na escola

A próxima questão indagou: A escola registra número de alunos usuários de drogas? Dos 100% dos entrevistados, 58,83% falaram que nunca, 35,29% disseram que às vezes e 5,88% disseram que sempre.

Não são muitos fatores que influenciam o uso de drogas entre jovens: falta de supervisão da família, pressão dos pares, ruptura da estrutura familiar, banalização ao

consumo por meio de comunicação social. Existem outras razões que podem levar ao consumo de drogas como o momento e a sensação para o estabelecimento de estratégias para prevenir o consumo de forma diversificada e global.

Muitas vezes, as atividades devem ter como foco a prevenção somente em alguns dos fatores para contribuir para o uso de drogas. Por exemplo, um programa de educação sobre drogas pode ensinar habilidades para resistir a pressão social, indiferente de outras influências, como a imagem do álcool nos meios de comunicação ou associado com a venda de drogas ilegal. Um programa de prevenção com tais objetivos restritos, não produz resultados duradouros.

Drogas e problemas relacionados a ela são muitas vezes questões sociais como pessoas. No entanto, uma solução global para os problemas relacionados com o fármaco, deve ir além do indivíduo para se concentrar na família, a comunidade e na sociedade.



Gráfico 6: Usuário de drogas

A próxima questão indagou: Existe algum tratamento diferencial para os alunos usuários de drogas? Dos 100% dos entrevistados, 70,59% falaram que nunca, 5,88% disseram que sempre, 11,77% disseram que nem sempre, 5,88% falaram que às vezes, enquanto que 5,88% não responderam.

Estudos como o de Berman (2009) mostra que os professores precisam de muito treinamento para saber mediar alunos com problemas com drogas, recomenda-se que haja:

- 1 Uma comunicação amistosa;
- 2 O estabelecimento de um diálogo sem permissividade, rigidez e ditadura.
- 3 O professor deve rever os seus próprios conceitos e atitudes para abordar a questão.
- 4 O professor deve estabelecer programas preventivos para informar e educar.
- 5 Identificar a população afetada pelos abusos de drogas.

- 6 Estabelecer programas que dão resposta para as lacunas.
- 7 Incentivar o desenvolvimento de estima.
- 8 Identificar e motivar os alunos líderes.
9. Tendo o apoio e a colaboração dos pais.
10. Formação de grupos de apoio com pais de família.

Quando se sabe ou disse que um aluno está usando drogas, e essa situação toma conhecimento público, professores e / ou escola precisam se perguntar algumas perguntas, a fim de considerar se uma intervenção é necessária ou não, e em caso afirmativo é preciso diálogo com os pais e o corpo diretivo para decidir que tipo de intervenção é melhor de ser adotada.

As perguntas que devem ser feitas para tratar corretamente cada caso são (CLAYTON, 1996):

1. *Por que os alunos estão consumindo drogas?*
2. *Como é que ele sabia ou conheceu a situação problemática?*
3. *Como é o desempenho dos alunos?*
4. *Como regularmente frequentam a escola? Chegam tarde?*
5. *Como é que se relacionam com seus pares? E sobre o relacionamento com os professores?*
6. *Como as evidências do consumo de drogas foram observadas?*

Tendo em conta que o lugar de professores adultos na instituição é dada principalmente por seu papel educativo, deve estar sempre presente estas seis com perguntas básicas em todas as situações ligadas ao consumo de substâncias psicotrópicas. Identificar todos os que usam uma droga ilegal com um "viciado" está errado uma vez que existem diferentes tipos de ligações de pessoas com essas substâncias e nem todas necessariamente estão viciadas.

Por o outro lado entre o uso de drogas ilegais e o vício não há uma relação direta necessária, não existe nenhuma ligação entre o uso de drogas lícitas e saúde, como

também a droga pode ser permitida para ser parte de uma relação de dependência ou abusiva. A possibilidade de que o consumo de uma determinada substância possa gerar problemas para a pessoa ou comunidade é dada pelo tipo de ligação de cada sujeito com a substância em um determinado ambiente.

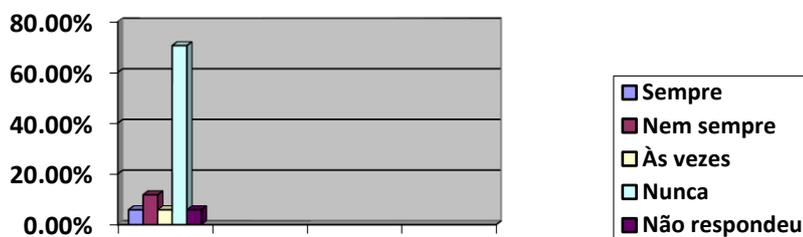


Gráfico 7: Tratamento diferenciado para dependentes de...

A próxima questão indagou: O PROERD tem sido utilizado como ferramenta de auxílio educacional na escola Centro Municipal de Educação Professor Paulo Freire? Dos 100% dos entrevistados, 76,47% disseram que sempre, 17,65% falaram que às vezes, enquanto que 5,88% disseram que nunca.

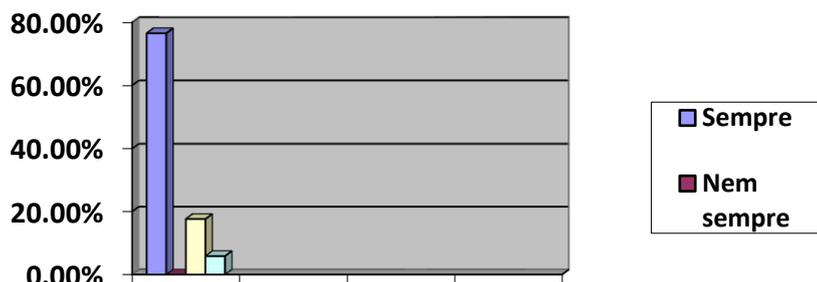


Gráfico 8: PROERD

O PROERD é um programa essencialmente preventivo que precede as ações de repressão e uso de drogas e contenção de todas as formas de violência e todos os seus aspectos (físico / psicológico). O projeto visa a evitar que as crianças e adolescentes em fase escolar comecem a usar os vários medicamentos existentes em nosso meio, por despertar a consciência para este problema e também para a questão da violência; além de preparar os pais no intuito de oferecer suporte aos seus filhos sobre o problema. Em meio a violência e fácil acesso às drogas, PROERD deveria ser adotado na escola, pois ajuda para manter os jovens longe desta doença social.

Os programas de prevenção de drogas, como o PROERD, ocorrem durante o dia escolar. Como o uso de drogas é altamente influenciado pelas atitudes e normas percebidas pelos colegas, são necessárias abordagens escolares abertas a todos os alunos da escola, além de abordagens que visam recuperar os adolescentes que usam drogas.

Os programas baseados na escola podem incluir programas de dia escolar, prolongado ou pós-escolar, podem ser entregues pelo pessoal da escola ou por facilitadores comunitários e podem ser obrigatórios (como uma aula de educação para a saúde) ou voluntários (como um curso eletivo).

Abordagens eficazes para a prevenção de drogas e álcool nas escolas incluem ensinar aos alunos como resistir às influências de colegas, melhorar as habilidades genéricas de vida, envolvendo famílias e proporcionar oportunidades para se envolverem em experiências positivas com outras pessoas na escola e na comunidade.

Em contraste, abordagens ineficazes incluem aquelas que agrupam os usuários de substâncias em conjunto e abordagens que se concentram apenas na disseminação de informações ou no ensino sobre os perigos do uso de substâncias.

Programas eficazes para alunos do ensino fundamental abordam questões como autocontrole, consciência emocional, habilidades de comunicação e habilidades sociais de resolução de problemas; E os programas eficazes para estudantes mais velhos procuram construir habilidades de uma comunicação; Auto-eficácia e assertividade, e habilidades de resistência aos medicamentos (CLAYTON, 1996).

Os programas de prevenção de uso de substâncias devem ser de longo prazo e incluir sessões de reforço para evitar que os impactos do programa se deterioreem ao longo do tempo. Os programas também devem ser implementados por um número adequado de horas (pelo menos 11 horas). (CLAYTON, 1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes, as reações das pessoas sabem do envolvimento de pessoas com as drogas em primeira instância, sentem: *medo*, *rejeição* e *estigmatização*. As instituições educacionais devem assumir a responsabilidade juntamente com os pais no acompanhamento desses jovens.

Deve-se lembrar que, com questões sensíveis como o uso de drogas necessita de acompanhamento especializado, pois carregam uma forte conotação moral, e é muito importante lidar com esse assunto em respeito e em forma confidencial. Qualquer intervenção para prevenir ou recuperar dependentes químicos deve ser feita a partir de uma atitude solidária e respeitosa, considerando o aluno como um sujeito de direito. É necessário para isso, rever os preconceitos e evitar abordagens estigmatizantes ou desqualificantes.

O assunto é delicado e a prevenção e a intervenção sobre a temática deve ser uma parceria de uma junta de profissionais. A escola deve fazer a sua parte como orientadora, utilizando como estratégias de prevenção o emprego da metodologia como a do PROERD,

que envolvem equipes de apoio externas à escola, mas que tem muito a contribuir como mostrado nesse estudo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, V. M. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BERMAN, Greg, and Aubrey Fox. 2009. **“Lessons From the Battle Over D.A.R.E.: The Complicated Relationship Between Research and Practice.”** Washington D.C.: Center for Court Innovation, Bureau of Justice Assistance, Office of Justice Programs, U.S. Department of Justice. http://www.bja.gov/pdf/CCI_DARE.pdf

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão: meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva/Cufa, 2006.

BRASIL. Código Penal Brasileiro. Artigo 33 da Lei nº 11.343 do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10867208/artigo-33-da-lei-n-11343-de-23-de-agosto-de-2006>). Acesso em 17 de julho de 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da criança e do adolescente**. DF, Brasília, 1990.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. DF, Brasília, 1988.

Center for the Study and Prevention of Violence, Institute of Behavioral Science, University of Colorado at Boulder. N.d. **“Position Summary”** <http://www.colorado.edu/cspv/publications/factsheets/positions/PS-001.pdf>

Clayton, Richard R., Anne M. Cattarello, Bryan M. Johnstone. 1996. **"A Eficácia do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Projeto DARE): 5 anos de seguimento Resultados"** Medicina Preventiva 25: 307-18.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico – um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 letras. 2004.

DARE Outcome Evaluations.” American Journal of Public Health 84: 1394–1401.

- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. José Silveira Paes. 3 ed. São Paulo: Global, 1984.
- FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. **Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas**. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 6º ed. ver. Atualizada: Curitiba: Positivo, 2005.
- GOMES e MOLINA. **A abordagem dos maus-tratos contra a criança e o adolescente em uma unidade pública de saúde**. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.7.2000.
- KIM, J. E. **Interação social e crimes femininos: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília**. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2009.
- LUZ, A.A.; WOSNIAK, F.L.; SAVI, C.A. **Vulnerabilidade ao abuso de drogas e a outras situações de risco**. *Educar em Revista*, v.15, 2004.
- MISSE, M. **As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- MOREIRA FILHO, Guaracy. **Vitimologia – o papel da vítima na gênese do delito**. São Paulo: Editora Jurídica, 1999.
- ONU/UNICEF. **Declaração dos Direitos universais da criança e do adolescente**. http://pt.wikipedia.org/wiki/Declara%C3%A7%C3%A3o_Universal_dos_Direitos_da_Crian%C3%A7a Ringwalt, L. Christopher, Susan T. Ennett, and Kathleen D. Holt. 1991. “An Outcome Evaluation of Project DARE (Drug Abuse Resistance Education).” *Health Education Research* 6: 327–37.
- PIAGET, Jean. **Intelligence and affectivity: their relationship during child development**. *Annual Reviews*, Palo Alto-CA, 1954: ed. USA, 2006.
- RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Vitimologia: Revista Síntese de direito penal e processual penal**, n.º 7, p. 30/37, abr./mai., 2001.
- RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra**. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, June 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Mai 2015.